



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004312-26.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Geraldo Veloso Filho**
 Requerido: **Valdir Alves de Oliveira Locação - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter sido colhido por ônibus de propriedade da ré, almejando por isso à sua condenação a ressarcir-lo pelos danos materiais que teria experimentado.

Pelo que se extrai dos autos, o acidente trazido à colação aconteceu quando o autor deixou uma concessionária de veículos localizada na Av. Getúlio Vargas e foi entrar em seu automóvel, o qual se encontrava estacionado na frente da mesma, mas na via pública.

Nesse momento, um ônibus da ré passava pelo local e "prensou" o autor entre o coletivo e o automóvel dele, do que resultaram ferimentos no autor e danos no automóvel.

A ré em contestação procurou eximir-se da responsabilidade pelo evento sob a justificativa de que o autor saiu de maneira desatenta da concessionária para entrar na frente do ônibus.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Chegou a oferecer o *croquis* de fl. 72 para dar conta de que havia outro veículo atrás do do autor e que ele foi colhido logo ao aproximar-se da lateral de seu automóvel, além de asseverar que o estacionamento do mesmo sucedeu irregularmente.

As testemunhas arroladas pelo autor não presenciaram o momento exato do evento, ouvindo o barulho dele e na sequência se aproximando de onde teve vez.

Já a testemunha Fabiano Garcia da Silva (motorista do ônibus) esclareceu que viu o autor sair correndo da concessionária, sem imaginar que pudesse adentrar na via pública.

Acrescentou que isso se deu quando o autor passou pela frente de outro automóvel que estava estacionado à frente do dele, sendo então atingido, deixando claro que o mesmo não chegou a abrir a porta do seu automóvel.

Por fim, a testemunha Thiago Moreira assentou que havia três veículos estacionados na frente da concessionária (o do autor estaria entre os dois outros) e que não percebeu por onde o autor passou quando foi pego pelo ônibus, muito embora confirmou que ele não abriu a porta de seu veículo.

Ademais, tomo como relevante a observação da fotografia de fl. 17 porque permite notar que o automóvel do autor sofreu danos no espelho retrovisor do lado esquerdo e amassamentos na porta dianteira esquerda.

A conjugação desses elementos impõe concluir com segurança que a culpa do episódio noticiado foi do condutor do ônibus da ré.

Em primeiro lugar, não assume maior importância o fato do autor ter estacionado o seu automóvel em lugar proibido porque em última análise essa não foi a causa eficiente do embate.

Diante de tudo o que foi coligido aos autos é certo que era fácil a percepção da existência desse automóvel, tanto que em momento algum foi feita ressalva a propósito.

Por outro lado, a dinâmica descrita na peça de resistência não contou com o apoio de provas a lastreá-la.

Nesse sentido, o *croquis* de fl. 72 atesta que o automóvel do autor estaria à frente de outro, mas enquanto Fabiano observou que a posição de ambos seria invertida (o do autor atrás do outro) Thiago Moreira fez menção a três veículos estacionados, com o do autor na posição do meio.

Vê-se, portanto, que a explicação da ré no particular não encontra amparo nos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Como se não bastasse, além de nenhum elemento de convicção prestigiar que o autor estivesse na posição aludida a fl. 72 quando foi colhido pelo ônibus, há dados que firmam entendimento diverso.

Isso porque, tendo a fotografia de fl. 17 apontado danos no retrovisor esquerdo e na porta lateral dianteira esquerda do automóvel do autor, afirma-se com segurança que ele abriu essa porta ao ser atingido, pois do contrário o resultado apurado não teria vez.

Aliás, a testemunha Hidalgo Ubirajara de Oliveira, consultor de vendas da concessionária referida de início, chegou a declarar que possui conhecimentos de automóveis e que pela situação da porta do automóvel do autor ele deve tê-la aberto no máximo dois palmos, o que transparece razoável.

O quadro delineado basta para definir que o motorista do ônibus da ré foi imprudente e imperito quando bateu no autor, prensando-o entre o ônibus e o automóvel.

Não se cogita da culpa do autor por ter adentrado à frente do ônibus, seja porque não há provas nessa direção, seja porque o que restou amealhado dá conta de que o autor já permanecia ao lado de seu automóvel e abriu a sua porta no instante em que foi alvejado.

Configurada a responsabilidade da ré, na condição de proprietária do ônibus que deu causa ao episódio, isso importa o acolhimento da pretensão deduzida e a rejeição do pedido contraposto.

Resta então definir o montante da indenização devida pela ré.

O pedido vestibular abarca os danos materiais sofridos pelo autor pelo gasto para a reparação de seu automóvel e os lucros cessantes, porquanto teria permanecido sem exercer sua atividade laborativa – motorista de táxi – por sessenta dias, em recuperação das lesões que teve.

No que concerne ao primeiro aspecto, o documento de fl. 51 milita em favor do autor.

A data em que foi subscrito não lhe compromete a credibilidade, nada fazendo supor que encerrasse valor diverso do realmente auferido pelo autor.

De mais a mais, não é crível que esse documento tivesse sido forjado quando contempla montante inferior aos objeto dos orçamentos de fls. 48/50.

Essa postulação vinga, assim.

Solução diversa apresenta-se aos lucros cessantes, já que não há nos autos prova do espaço de tempo em que o autor permaneceu sem trabalhar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Inexiste igualmente demonstração sólida sobre o quanto o autor percebia mensalmente – ainda que em média – no desempenho de sua atividade laborativa.

Não se sabe bem por isso quanto ele teria deixado de ganhar por força do acidente de que foi vítima.

O ônus da prova sobre o assunto era do autor e como ele não se desvencilhou a contento do mesmo o seu pleito aqui não pode prosperar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.000,00, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2018 (época do desembolso de fl. 51), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 17 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**